



Reunião mostrou que o PDU precisa ser melhor discutido

Comissão de Moradia^{*} considera que PDU precisa ser discutido

Apesar da proximidade de sua votação, prevista para depois do dia 20, o Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU), precisa ser melhor discutido. Foi esta a conclusão a que chegaram ontem membros da Comissão de Direito à Moradia e dois moradores de Jardim da Penha, reunidos durante toda a manhã com dois técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, no Ipave, da Arquidiocese de Vitória, para tratar do assunto.

Comprovando essa necessidade, para esta semana estão previstos dois debates sobre o PDU, segundo informou o presidente da Câmara Municipal de Vitória, Arnaldo Pinto da Vitória. Na quarta-feira, dia 16, às 15 horas, na Câmara, o assessor de planejamento das prefeituras do Rio de Janeiro e de Goiânia, Heitor Ferreira de Souza, dará seu parecer a respeito do plano aos vereadores e, no dia seguinte, em mesmo horário e local, ele debate o assunto, com o público interessado.

Após o debate público, disse o presidente da Câmara, que o estudo do PDU se fará no plenário: "Vamos discutir artigo por artigo em sessões às 16 e 19 horas". E acrescentou que a última sessão deverá terminar impreterivelmente às 22 horas. Na sua opinião, dependendo do interesse dos vereadores, o plano poderá ser votado até o dia cinco. Do contrário, só após o retorno às atividades legislativas, no dia cinco de março de 84.

"É a terceira vez que o PDU entra na Câmara para ser votado. Há quatro anos ele é debatido. Então eu acho que o plano tem que ter uma definição, comentou o arquiteto e técnico do Instituto Jones dos Santos Neves e um de seus autores, Fernando Betarello. Conforme disse, se há vereadores com necessidade de estudá-lo mais profundamente, nada mais justo, desde que, como acrescentou, se de limite um tempo para isso.

Acredita o arquiteto que o PDU será aprovado porque a Prefeitura, em primeiro plano, e depois a sociedade como um todo, necessitam deste instrumento de organização da urbanização no Município. "Hoje, nenhum dos cinco municípios da Grande Vitória tem um instrumento de controle de seu solo".

AJ 22997

POSITIVOS

Entre os pontos positivos do plano, na sua opinião, está o que tem por objetivo integrar o planejamento da Cesan, Telest e do Detran, entre outros, conseguindo assim dotar a cidade de uma infra-estrutura. E mais: "É um passo para distribuir equipamentos de água, energia, escola e saúde. Hoje nem todo mundo tem isso. Cerca de 150 mil pessoas na Grande Vitória estão sem água por causa da falta de planejamento".

Destacou ainda a criação do Conselho de representantes da comunidade, órgão cuja finalidade é assessorar a Prefeitura na implantação do plano e na preservação do patrimônio ambiental e histórico, como outro aspecto positivo do PDU.

A Comissão de Direito à Moradia, por sua vez, questionou a quem deve interessar o PDU, se ele atenderá mesmo a parcela mais carente da população. Diante da informação de que existem sete mil hectares de terras livres na região, sendo 90% de propriedade particular, o passo seguinte da discussão foi o direito à moradia.

"Muitas pessoas vivem hoje em condições precárias nos morros e nos mangues e existem sete mil hectares de áreas abandonadas no Município", observou Dilvo Perruzo, da comissão, também vice-presidente da Associação Capixaba dos Mutuários. Acrescentando em seguida: "O PDU resolverá o problema dessa pessoas?"

Outros reclamaram da pequena participação da população (quatro) no Conselho do PDU. Conforme o plano, ele é formado por 21 pessoas, sete das quais da Prefeitura e 14 de órgãos e entidades. Representantes do Estado, Instituto Jones dos Santos Neves, DAA-Sesa, Escelsa, Cesan e Telest. E, as entidades: Instituto dos Arquitetos (IAB), Sociedade dos Engenheiros, Sindicatos Trabalhadores da Construção Civil, Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Associação Comercial, Sindicato dos Trabalhadores e Associação de moradores (dois de cada um desses últimos).

Os dois moradores de Jardim da Penha observaram que, caso aprovado, o PDU prejudica em muito este bairro, uma vez, que prevê a construção de prédios em até 12 andares. Isso, na sua opinião, o tornaria ainda mais congestionado do que é hoje. E, devem discutir o plano, junto com os técnicos do Instituto em reunião ainda a ser marcada, na presença de um maior número de moradores.

COMISSÃO de Moradia considera que PDU precisa ser discutido. A Tribuna, Vitória, 13 nov. 1983. p.9. 1. ed. e 1.